



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DA GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA
Departamento de Habilitações Pedagógicas

ANNA BEATRIZ PEREIRA MENDES REGADAS

A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE ENTRE PROFESSOR E ALUNO DIANTE DO PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL

João Pessoa

2022

ANNA BEATRIZ PEREIRA MENDES REGADAS

**A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE ENTRE PROFESSOR E ALUNO
DIANTE DO PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL**

Versão preliminar do projeto de pesquisa apresentado a Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II do curso de Graduação em Pedagogia, modalidade presencial, do curso de Graduação em Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências legais para a obtenção de avaliação pedagógica.

Orientador: Profa. Dra. Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins

João Pessoa
2022

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R333i Regadas, Anna Beatriz Pereira Mendes.

A importância da afetividade entre professor e aluno
diante do processo de inclusão educacional / Anna
Beatriz Pereira Mendes Regadas. - João Pessoa, 2022.

37 f. : il.

Orientação: Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Inclusão educacional. 2. Afetividade. 3.
Estudante com deficiência. I. Martins, Lisiê Marlene da
Silveira Melo. II. Título.

UFPB/BS/CE

CDU 37-051(043.2)

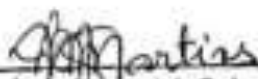
ANNA BEATRIZ PEREIRA MENDES REGADAS

**A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE ENTRE PROFESSOR E ALUNO
DIANTE DO PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL**

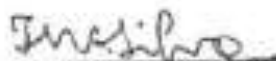
Trabalho final de Graduação apresentado ao curso de Pedagogia da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB, como requisito para a obtenção do Título de Pedagogo.

Aprovado em 15 de dezembro de 2022.

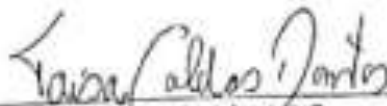
COMISSÃO EXAMINADORA



Professor(a) Orientador(a)



Examinador(a) 1



Examinador(a) 2

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por todo o suporte durante a minha caminhada, todo o consolo nos momentos difíceis e toda estratégia e paz nas horas de dúvida.

Agradeço também a minha família, por sempre me apoiar em qualquer momento e me acalmarem nos momentos de angústia e de desespero durante este período.

Aos amigos que fiz durante o curso e aos amigos de outras esferas, pela confiança e pela força que me deram com palavras de motivação.

Aos professores do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba que me enriqueceram academicamente e pessoalmente.

Em específico a minha querida orientadora Professora Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins, que com muita paciência, empatia e sabedoria me conduziu neste percurso tão almejado e angustiante em alguns momentos.

Anna Beatriz Pereira Mendes Regadas

REGADAS, Anna Beatriz Pereira Mendes. **A importância da afetividade entre professor e aluno diante do processo de inclusão educacional**. 1ª ed. João Pessoa, 2022.

RESUMO

O presente trabalho discute a importância da afetividade entre professor e aluno diante do processo de inclusão educacional de alunos com deficiência, fomentando através de discussões teóricas os impactos da afetividade na sala de aula, sejam eles positivos ou negativos. Nessa perspectiva, são frisados aspectos dos caminhos para a inclusão educacional dos alunos com deficiência, bem como o vínculo entre a escola e a afetividade. Este trabalho tem como objetivo analisar de que modo a afetividade pode contribuir com o processo de inclusão educacional de crianças com deficiência a partir de estudos brasileiros publicados em base de dados. A fundamentação teórica se transpõe em estudos que discutem o histórico sobre a pessoa com deficiência e a inclusão; a articulação entre afetividade e inclusão educacional de estudantes com deficiência e a afetividade na sala de aula como elemento impulsionador do processo educacional inclusivo. Para tanto, aponta-se como aportes teóricos autores como Mattos (2008), Figueiredo (2008), Ribeiro (2010), Mantoan (2011), Mattos (2012), Soares (2015) e Silva et al (2021), dentre outros. No tocante aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa é conduzida por uma abordagem qualitativa Gil (2008) e foi fundamentada a partir dos princípios da pesquisa bibliográfica (Gil, 2008), a qual contou em seu processo de construção com uma revisão de artigos encontrados em repositórios nacionais como Scielo, Portal de periódicos CAPES, Banco de Teses e Dissertações da CAPES, e Google Acadêmico. O recorte temporal para a análise dos documentos foi entre 2008 e 2021 para observar de forma cronológica o impacto da afetividade na relação entre professor e aluno. Como resultado da análise deste estudo, sobressaem-se as reflexões acerca das contribuições dos estudos sobre afetividade e inclusão de pessoas com deficiência para o desenvolvimento de práticas pedagógicas de fato inclusivas e que impactam na formação integral de cada estudante e os impactos negativos que a falta de afetividade pode ocasionar na relação entre o professor e o aluno com deficiência. Portanto, enfatiza-se a importância deste estudo para colaborar com outras discussões acerca de práticas afetivas e seus efeitos no processo de inclusão educacional de alunos com deficiência.

Palavras-chave: afetividade; inclusão educacional; estudante com deficiência.

REGADAS, Anna Beatriz Pereira Mendes. **The importance of affection between teacher and student in the process of educational inclusion**. 1st ed. João Pessoa, 2022.

ABSTRACT

The present work discusses the importance of affectivity between teacher and student in the process of educational inclusion of students with disabilities, promoting through theoretical discussions the impacts of affectivity in the classroom, whether positive when present, or negative when absent. From this perspective, aspects of the paths towards the educational inclusion of students with disabilities are highlighted, as well as the link between school and affectivity. In this vein, this work aims to analyze how affectivity can contribute to the process of educational inclusion of children with disabilities based on published Brazilian studies. The theoretical foundation was based on a brief history of people with disabilities and inclusion; the articulation between affectivity and educational inclusion of students with disabilities and affectivity in the classroom as a driving element of the inclusive educational process. To this end, authors such as Mattos (2008), Figueiredo (2008), Ribeiro (2010), Mantoan (2011), Mattos (2012), Soares (2015) and Silva et al (2021) are pointed out as theoretical support, among others which collaborate with important reflections for the construction of this work. Regarding the methodological procedures, a qualitative approach was made Gil (2008) apud Patton (1990) in the construction of this work that was characterized as bibliographic research (Gil, 2008) because it consists of a review of articles found in national repositories such as Scielo, CAPES , Thesis Bank and Google Scholar. The time frame for analyzing the documents was between 2008 and 2021 to observe chronologically the impact of affectivity on the relationship between teacher and student in the process of educational inclusion. As a result of the analysis of this study, reflections on the contributions of studies on affectivity and inclusion of people with disabilities to the development of pedagogical practices that are actually inclusive and that impact on the integral formation of each student and the negative impacts that the lack of affectivity can cause in the relationship between the teacher and the student with disabilities. Therefore, the importance of this study is emphasized to collaborate with other discussions about affective practices and their effects on the process of educational inclusion of students with disabilities.

Keywords: affectivity; educational inclusion; student with disability.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
1.1 OBJETIVOS	09
1.11 Objetivo Geral	09
1.12 Objetivos Específicos.....	09
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 Caminhos para a inclusão educacional dos estudantes com deficiência.....	11
2.2 O vínculo entre a escola e afetividade.....	16
2.2.1 A articulação entre afetividade e inclusão educacional de estudantes com deficiência.....	17
2.2.2 A afetividade na sala de aula como elemento impulsionador do processo educacional inclusivo.....	20
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
3.1 A escolha do tema.....	24
3.2 Levantamento dos estudos bibliográficos preliminares.....	24
3.3 Elaboração do plano provisório de assunto.....	25
3.4 Leituras do material.....	25
3.5 Fichamentos.....	27
3.6 Organização lógica do assunto.....	27
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	28
4.1 Contribuições dos estudos sobre afetividade e inclusão de pessoas com deficiência para o desenvolvimento de práticas pedagógicas de fato inclusivas e que impactam na formação integral de cada estudante.....	28
4.2 Os impactos negativos que a falta de afetividade pode ocasionar na relação entre o professor e o aluno com deficiência.....	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
6.REFERÊNCIAS.....	35

1. INTRODUÇÃO

É comum que se possa confundir ser afetuoso com ser “dócil, carinhoso”, tais características até fazem parte do ser afetivo, mas não são elas que o definem. No entanto, numa perspectiva menos estrutural da escola e mais social que a permeia, é importante fazer uma análise acerca da conduta do próprio docente, uma autoavaliação sobre o seu comportamento em sala de aula, seu tratamento para com os alunos, sua metodologia trabalhada e se tais fundamentos têm como propósito a inclusão educacional de pessoas com deficiência.

A partir dessa autoavaliação, será possível perceber características pessoais que podem ser modificadas para aprimorar o desempenho do docente em sala de aula. Dito isto, alguns elementos que ajudam o profissional da área de educação a estabelecer uma boa relação com a turma, uma maior sensibilidade e empatia para com os seus alunos são frutos da afetividade.

Afetividade tem como principal significado no Dicionário Aurélio ser uma qualidade ou caráter de quem é afetivo. Em contrapartida, o seu significado na psicologia representa um conjunto de fenômenos psíquicos que são experimentados e vivenciados na forma de emoções e de sentimentos. É importante ressaltar que a afetividade é virtude de poucos atualmente, excepcionalmente quando se fala do ambiente escolar.

Podemos então fazer uma analogia em relação ao cenário escolar, entre a sala de aula e uma cozinha. A sala de aula é como uma cozinha, o professor é o cozinheiro, as características da sua personalidade são os temperos, os utensílios utilizados para as receitas são as abordagens e metodologias e os alunos são os experimentadores, que, no final, irão provar o resultado, podendo sentir o gosto de “quero mais” ou uma completa repulsa pela comida.

É possível alcançar a inclusão educacional sem afetividade? Autores como Ribeiro (2010), Mantoan (2011), Mattos (2012), Soares (2015) e outros, discutem à respeito de formas de promover a inclusão, pensando-se acerca das barreiras arquitetônicas nas questões de infraestrutura escolar, rampas, apoios e as áreas da acessibilidade: comunicacional, pedagógica, atitudinal, programática e instrumentais.

Não somente isso, mas as reflexões ao longo dos anos no que se referem às barreiras atitudinais vêm se estabelecendo através de campanhas que abordam o

combate ao preconceito, bullying e capacitismo, proporcionando uma maior compreensão no tocante as relações afetivas e a inclusão educacional.

Na Antiguidade e na Idade Média, os indivíduos tidos como “anormais” não possuíam direito a uma vida plena, pois a sociedade naquele tempo visualizava estas pessoas como possuidores de maus espíritos ou frutos de alguma feitiçaria, atribuindo tais “anormalidades” a uma origem diabólica. Grandes eram as situações de abandono de pessoas com deficiência naquela época, e não somente isso, mas a eliminação de suas existências ainda crianças eram muito corriqueiras em Esparta, tornando tais ações extremamente segregadoras.

A partir disso, as pessoas buscavam entender a deficiência através do meio sobrenatural, divino, predominando até a Idade Média.

Foi apenas a partir do século XIX, com o surgimento da ciência, dos primeiros estudos científicos acerca da deficiência, que estas pessoas “diferentes” passam a ser vistas como “indivíduos”, mesmo que pela ótica da doença, de possíveis correções e tratamentos. Este modelo ficou conhecido como o modelo médico da deficiência, segundo Soares (2015) a valorização social na Revolução Industrial era de acordo a sua capacidade de produção, ou seja, se o indivíduo não correspondesse ao “padrão de normalidade” segundo o modelo médico, se não fora “compreendido” pela sociedade e pelo processo de industrialização, eram tidos como “inválidos” ou “incapazes”.

Desde então, surgiram espaços e instituições específicas para que as “anormalidades” fossem tratadas, denominada de “institucionalização da deficiência”. De acordo com Soares (2015), a institucionalização, ao que parecia, era menos inofensiva que os abandonos e as eliminações que ocorriam na Antiguidade. No entanto, tais ambientes equivaliam a uma forma de “morte social”, pois os reteve as pessoas com deficiência do convívio na sociedade e os silenciou por séculos.

A promoção de campanhas (para a desconstrução de barreiras arquitetônicas comunicacionais, atitudinais são extremamente necessárias para receber os alunos com quaisquer deficiência, mas a permanência dos mesmos nas escolas e seus respectivos desenvolvimentos dependem também do fator da inclusão educacional, que promove a inclusão dos alunos com deficiência, que visa suas potencialidades e contribuições, e não somente isso, mas que procura proporcionar uma aprendizagem de forma plural com um olhar mais singular e humano. Na mesma medida que a afetividade e a inclusão educacional têm um forte impacto na

sociedade e são importantes, a ausência deles podem causar problemas, tanto social quanto educacional.

A inclusão educacional de pessoas com deficiência é uma pauta extremamente necessária e indispensável na sociedade visto que a luta por este direito não é recente, perpassa por quatro momentos históricos em relação aos indivíduos com deficiência: exclusão, segregação, integração e por fim, inclusão.

Todavia, a inclusão não é apenas direcionada ao público alvo da Educação Especial, mas a todos aqueles que se sentem excluídos de alguma forma na sociedade, sejam aqueles que sofrem discriminação de cunho racial, de classe social, bullying, homofobia, xenofobia, gordofobia, intolerância religiosa, capacitismo e entre outros.

Muitos dos alunos com deficiência que sofrem preconceito e exclusão ou não se sentem incluídos no processo de ensino-aprendizagem no contexto escolar não conseguem ter êxito nas avaliações, nas atividades propostas em sala de aula individual ou em grupo, não conseguem criar laços e fazer amizades, fazendo com que se autoexcluam cada vez mais.

De acordo com os estudos de Mattos (2012) e Soares (2015), O professor precisa, por meio de elementos da afetividade, ter um olhar sensível, buscar entender as causas e os efeitos, os fatores sociais, aquilo que afeta os seus alunos e procurar de alguma forma incluí-los no processo educacional para que sintam desejo pelos estudos e não percam o foco, pois, se isso não for feito, tal objetivo estará cada vez mais distante de ser alcançado.

O presente estudo tem por como **objetivo geral** analisar de que modo a afetividade pode contribuir com o processo de inclusão educacional de crianças com deficiência a partir de estudos brasileiros publicados em base de dados como CAPES, Scielo, Revista Brasileira de Educação Especial, Google Acadêmico e Banco de Teses e Dissertações.

E como **objetivos específicos** pretende: Realizar um levantamento bibliográfico nos repositórios nacionais na área da Educação Especial a respeito da articulação entre afetividade e inclusão educacional de estudantes com deficiência; e conhecer como a afetividade na sala de aula configura-se como elemento impulsionador pra o processo educacional inclusivo.

Se almeja através deste estudo poder contribuir para a formação e atuação dos profissionais da área da Educação e em específico da área da Educação

Especial, acerca da afetividade como ferramenta de inclusão educacional. E que através dela, promova-se o estímulo e o interesse nos alunos com deficiência tanto pelos estudos, quanto pelo desenvolvimento da autonomia.

Por fim, este trabalho está organizado em capítulos. No primeiro capítulo é introduzido o tema da pesquisa, problematização, justificativa e objetivos (geral e específicos). No segundo capítulo, é discutida a fundamentação teórica, apresentando perspectivas acerca da influência da afetividade na relação entre o professor e o aluno com deficiência, como também o processo de inclusão educacional. O terceiro capítulo abrange os procedimentos teórico-metodológicos utilizados para a realização deste estudo e por fim o quarto capítulo apresenta os resultados deste estudo a partir da análise dos dados e discussões. O quinto capítulo culmina este trabalho com as considerações finais deste estudo apontando reflexões sobre os resultados e prospecções para novos estudos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CAMINHOS PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A pessoa com deficiência sempre foi um “assunto” a ser compreendido e assimilado na sociedade desde a Idade Antiga. Com o passar dos séculos, surgiram diferentes perspectivas acerca da deficiência. O modelo médico, por exemplo, é respaldado na The International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps (ICIDH), comunicada pela Organização Mundial da Saúde em 1980 e entende que a pessoa com deficiência necessita de cuidados médicos individualizados e não somente isso, mas que o indivíduo precisa de uma cura ou de uma “correção”, a fim de que este seja moldado para poder ser aceito pelos padrões estabelecidos na sociedade.

O modelo social, originado em 1975 na formação da Upias (Union of the Physically Impaired Against Segregation), no Reino Unido através de movimentos sociais de pessoas com deficiência, que combateram o modelo médico, comprovando suas incoerências, principalmente no que se refere à compreensão das experiências de opressão e desigualdade vivenciadas por este público. Esse movimento tinha como concepção as questões de responsabilidade social, ou seja, as barreiras atitudinais, organizacionais e físicas, que comprometem a acessibilidade destas pessoas e impendem de desenvolverem sua autonomia, não sendo considerada a pessoa os limites, mas sim ao entorno dela fatores que a impede de ter acesso e acessibilidade aos diversos espaços.

Em contrapartida, o modelo biopsicossocial, termo este utilizado pela primeira vez em 1977 pelo psiquiatra e médico George L. Engel e proposto pela OMS em 2001, não culpabiliza a pessoa com deficiência, bem como entende que o médico não seja o determinador e o detentor de todo o conhecimento, contudo, defende que existem fatores de saúde, interações com o meio em que vive, afazeres, questões biológicas, sociais e ambientais que podem influenciar o desenvolvimento deste indivíduo, podendo limitar ou não a sua participação no contexto em que está inserido.

Acerca do conceito de pessoa com deficiência, segundo a Lei Federal nº 13.146/2015 o artigo 2º regulamenta que “considera-se pessoa com deficiência

aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. As deficiências podem ser consideradas como leves, moderadas, graves ou profundas, considerando em vista outras possíveis deficiências no funcionamento do intelecto e no comportamento individual da pessoa.

Vale ressaltar que atualmente não se utiliza mais o termo “especial”, “pessoa deficiente”, “aluno atípico” ou “aluno deficiente” em relação à pessoa com deficiência, pois, chamar alguém de “atípico” remete à anormalidade, logo, torna-se um termo infeliz, nomear alguém de “deficiente” é considerada uma expressão qualificativa, que, portanto, limita a pessoa com deficiência em sua totalidade. Quanto mais superprotejo e forneço apoio, além do necessário, comprometo o desenvolvimento autônomo da pessoa com deficiência.

O conceito de inclusão não surgiu de forma simples e natural, essa palavra (e porque não chamar de conquista) perpassou por 3 fases difíceis na história até sua concepção.

Segundo Sassaki (1997), a primeira fase foi a exclusão, momento este onde os sujeitos que possuíam algum tipo deficiência, se quer, eram considerados seres humanos, pelo contrário, eram dignos de viverem isolados da sociedade, já que a eram considerados como possuidores de maus espíritos ou seres de concepção demonológica, sendo então sacrificados, assassinados ou abandonados a maioria na infância.

Com as mudanças sociais e os impactos do cristianismo as pessoas com deficiência passaram a ter direito inicial a vida, no entanto em uma perspectiva de segregação. Visto que, nesse contexto, a sociedade passou a considerar a pessoa com deficiência como ser humano, todavia, o apoio as práticas de separação desses indivíduos com os demais ainda existiam.

A terceira fase antes da chegada da inclusão foi denominada de integração, pois houve uma tentativa de “normalizar” as pessoas com deficiência para que sua inserção na sociedade fosse permissível. A partir disso, houve descobertas científicas para que se efetivassem métodos, testes, estratégias, recursos e auxílios a esses sujeitos voltados para a introdução dos mesmos na sociedade.

A inclusão, portanto, vem se estabelecendo a partir dos direitos humanos e das “minorias” que se organizam em prol de lutar pelas suas garantias. A luta pela

inclusão é constante e a mesma se dá pelo respeito às diferenças e singularidades, percebendo que é nas deficiências que se encontram mais manifestações da diversidade do ser humano. Essa última fase segue sendo construída dia após dia em vários âmbitos, quer sejam sociais, educacionais ou profissionais, pois, ao início de um novo momento histórico é certo que se carrega “mazelas” da fase anterior, porém com outros argumentos para o enfrentamento. Ou seja, a inclusão só existe porque a exclusão existiu primeiro.

A inclusão ou o ato de incluir é pensar em todos de forma plural e singular simultaneamente sem descriminar particularidades como gênero, orientação sexual, religião, raça ou a presença de alguma deficiência em alguém.

Ademais, um documento que marcou a história do sistema educacional pela ótica da inclusão foi a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), pois disserta que:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 11).

Referindo-se a inclusão educacional, vale ressaltar que o antônimo de inclusão, ou seja, exclusão é a não participação de todos no sistema de ensino e o não direito às necessidades básicas de aprendizagem.

A Convenção de Guatemala (1999), declarada no Brasil por meio do Decreto nº 3.956/2001, é de importância no âmbito educacional, pois nos reflete a uma reinterpretação da educação especial, com o intuito de proporcionar a eliminação das barreiras que atrapalham o acesso das pessoas com deficiência à escolarização.

Em 1988 a Constituição Federal demonstra uma evolução para a educação inclusiva brasileira, pois abre um leque para pessoas com deficiência, eles passam a ser sujeitos de direitos, sendo o primeiro impulsionador para esse modelo de inclusão. O artigo 208 inciso III garante o atendimento educacional especializado dos alunos com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino, condição que também se encontra no artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ratificada e

assinada pela Organização das Nações Unidas assegura no art.24 que “as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem”. Portanto, a inclusão educacional passa de ser apenas um direito para se tornar um dever do Estado.

Sendo assim, uma criança com deficiência não deve procurar uma instituição especializada, pelo contrário, as instituições de ensino devem possuir docentes capacitados para ajudar alunos com necessidades específicas a se incluírem nas salas comuns, planejando e aplicando atividades juntamente com o professor do AEE que levem em consideração as suas necessidades individuais, auxiliando os mesmos a despertarem suas potencialidades.

Para promover a inclusão educacional e social, o Decreto 5.296/04 regulamenta as leis 10.048/00 e nº 10.098/00 a fim de determinar normas e padrões para proporcionar acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Mantoan (2003) relata que “as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas e de gênero, são cada vez mais desveladas e destacadas, sendo esse descortinar condição imprescindível para entender como aprendemos e compreendemos o mundo e a nós mesmos”.

De acordo com Mel Ainscow (2017) a inclusão é a mudança do sistema educacional, de maneira que possibilite caminhos a fim de alcançar níveis que não estavam sendo considerados. Nesse viés, o Decreto 7.611/2011 afirma que é dever do Estado a “garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades”.

Ainscow (2017) acredita que a inclusão se inicia a partir de três níveis: presença, participação e aquisição de conhecimentos. A presença do aluno na escola é fundamental, porém não é suficiente ou asseguradora de inclusão, é necessário que o mesmo seja participativo. A participação, por sua vez, é indispensável, pois o aluno pode até estar presente todos os dias na sala de aula, porém se ele não estiver participando, de nada adianta. Por último, mas não menos importante, é a aquisição de conhecimentos, o indivíduo pode estar presente, ser participante, contudo, não estar aprendendo. Para tanto, é imprescindível que se ofereça os mecanismos necessários com o intuito de promover a inclusão no processo de aprendizagem, desenvolvendo assim suas potencialidades.

Aliás, outro documento de grande valia na educação no panorama inclusivo foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) “que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os estudantes”. Ou seja, o documento reconhece a importância da inclusão no ambiente educacional, tanto é que enfatiza a necessidade de uma educação elevada que englobe todos os estudantes, sem exceção.

No Decreto 7.611/2011, nota-se em seu parágrafo que “dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências”. No Art. 1º está presente as seguintes diretrizes que asseguram a inclusão no sistema educacional brasileiro:

- I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;
- VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e
- VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. (BRASIL, 2011)

Outrossim, a origem da lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), trouxe mais segurança à este público. Em relação à educação, essa Lei expõe no Art. 2º que:

- § 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:
 - I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
 - II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
 - III - a limitação no desempenho de atividades; e
 - IV - a restrição de participação. (BRASIL, 2015)

O Decreto 10.502/ 2020, que Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida nos traz uma disposição acerca da política educacional inclusiva no Art.2º:

IV - política educacional inclusiva - conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias para desenvolver, facilitar o desenvolvimento, supervisionar a efetividade e reorientar, sempre que necessário, as estratégias, os procedimentos, as ações, os recursos e os serviços que promovem a inclusão social, intelectual, profissional, política e os demais aspectos da vida humana, da cidadania e da cultura, o que envolve não apenas as demandas do educando, mas, igualmente, suas potencialidades, suas habilidades e seus talentos, e resulta em benefício para a sociedade como um todo (BRASIL, 2020) .

No entanto, no dia 1º de dezembro de 2020, o decreto acima foi suspenso pelo ministro Dias Toffoli do Supremo Tribunal Federal (STF), ocasionando muitas discussões, uma das pessoas que se posicionou acerca do decreto foi a coordenadora da área de educação do Instituto Alana, Raquel Franzim que disse para o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) o seguinte:

“Temos cerca de 15 anos de Educação Inclusiva na história do Brasil, mas esse período já nos mostrou benefícios sociais. Por exemplo, os estudantes com deficiência que frequentam a escola comum apresentam maior autonomia e uma vida mais independente, enquanto aqueles que estavam em instituições especializadas passam o resto da vida nesses meios. Isso não é independência, ou participação social. Outro dado estatístico é que tivemos um maior ingresso – ainda que pouco – de pessoas com deficiência em etapas superiores da educação (Ensino Médio e Ensino Superior)”

Portanto, pensar que o ambiente pode potencializar a inclusão ou dificultar a mesma para as pessoas com deficiência é um olhar que nos direciona, enquanto pedagogos, a uma prática inclusiva com efetividade.

2.2 O VÍNCULO QUE EXISTE ENTRE A ESCOLA E A AFETIVIDADE

Escola é a instituição que proporciona aos alunos um processo de ensino que visa formar e desenvolver os aspectos culturais, sociais e cognitivos de cada indivíduo. Tendo como pressuposto a aprendizagem e desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e valores essenciais à socialização desses sujeitos. Anteriormente, a responsabilização era totalmente do aluno com deficiência sendo o seu fracasso ou sucesso escolar considerado completa responsabilidade dele. Só depois de 1988 a escola passa a ser responsável pelo aluno e pelo processo de

aprendizagem das pessoas com deficiência.

A escola é o ambiente onde as crianças, adolescentes, jovens e adultos podem expandir seus conhecimentos, adquirir e também transmitir ideias e valores. Para Paulo Freire (1987) a escola é “o espaço privilegiado para pensar”, e não apenas isso, ele acredita que deve ser um ambiente de trabalho, de aprendizagem e de ensino. Portanto, as instituições de ensino são importantes para desenvolver a autonomia, bem como promover o autoconhecimento.

A criação de uma relação entre professor e aluno que permeie os elementos afetivos é de suma importância, pois permite que o intangível se torne tangível, proporcionando uma sensibilização, tanto no discente quanto no docente. Para STAINBACK; STAINBACK (1999, p. 54) o “vínculo que une os alunos e os professores de maneira especial a algo mais importante do que eles próprios: valores e ideais compartilhados”.

Enquanto a pessoa com deficiência for de responsabilidade apenas pelo professor, não acontecerá a inclusão educacional, pois é necessário o corpo docente da escola em ação. É na escola onde as crianças começam a ter contato com o mundo, os primeiros “amiguinhos”, as primeiras divergências e, principalmente, o contato com o conhecimento, as experiências, as vivências, os avanços e desafios na aprendizagem.

Pode-se dizer que há impasses nos estudos acerca da afetividade sobre seu real significado. De forma generalizada, o afeto está ligado aos sentimentos de carinho, ternura e simpatia. Em contrapartida, nas mais diversas literaturas, afetividade está intrinsecamente ligada aos mais variados termos: personalidade, motivação, sentimento, paixão, atenção, emoção e outros.

Segundo o médico francês Henri Wallon (1962), afetividade (o conjunto), é constitutivo da pessoa. É a capacidade de nós, humanos, temos de sermos afetados, pelo mundo externo e pelo mundo interno. Além disso, Wallon acredita que é de grande valia a diferenciação dos termos emoção e afetividade, uma vez que, muitos os utilizam como sinônimos. Para Piaget (1980), a afetividade é um estado psicológico do ser humano, que a partir das experiências pode ser modificada ou permanecida. Para o psicólogo, este estado psicológico tem enorme participação no comportamento e no aprendizado das pessoas em conjunto com o desenvolvimento cognitivo.

De acordo com o psicólogo Vygotsky (1934), a base do pensamento é

“afetivo-volitiva”, que está ligada as emoções (afetos) e às motivações (vontades) do sujeito, envolvendo seus interesses, desejos e necessidades.

Em síntese, no âmbito da educação, essa afetividade atua através do afeto que os alunos têm pelo professor ou pela disciplina ministrada pelo mesmo, esse afeto tem o poder de impulsionar o nível de envolvimento do discente na sua vontade de aprender, de aprender a aprender e de entender o que está aprendendo.

2.2.1 Articulação entre afetividade e inclusão educacional de estudantes com deficiência.

De acordo com Mattos (2008, p.50), “as variáveis afetivas tiveram seu impulso com a publicação dos PCNs (1997), mostrando que a ansiedade poderia gerar situações desfavoráveis à aprendizagem, resultando assim em um bloqueio”. Fica notório que, os aspectos cognitivos e emocionais estão intrinsecamente ligados, um depende do outro para o bom funcionamento e um bom desenvolvimento em relação à aprendizagem. O aluno com deficiência precisa ser e estar envolvido em uma atmosfera de motivação para que este conquiste completa autonomia e potencialize ou adquira novas habilidades.

É importante dizer que foi na Declaração de Salamanca (1994) em que pela primeira vez se falou sobre educação inclusiva, a partir do momento em que “todas as escolas devem acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, linguísticas e outras”, as mesmas crianças passaram a ter vez e voz. O ato de incluir nos instiga a considerar singularidades a partir de inúmeras pluralidades, exige um olhar mais sensível, o discernimento no convívio em meio ao “caldeirão de culturas”, assim como a valorização das emoções que envolvem a relação professor-aluno.

Mattos (2008) nos traz a ideia de que:

a inclusão das crianças excluídas carece ser feita pelo domínio afetivo, mostrando que é possível ter sucesso e aprender, que é possível construir o saber tendo como base o conhecimento trazido por ela e pela comunidade local. (MATTOS, 2008, p.52)

É necessário instigar o aluno com deficiência, ensiná-lo que independente de suas “limitações” e do contexto em que se viva, se pode ir além quando se tem motivação e objetivos. Ribeiro (2010) relata que determinados autores como (A. DEL PRETTE & Z. DEL PRETTE, 2001; MORENO, SASTRE, LEAL & BUSQUETS, 1999)

consideram um problema gravíssimo a omissão de estudos que abordam as dimensões afetivas nas formações continuadas dos profissionais da educação.

Além disso, para Mantoan (2011), a avaliação da aprendizagem passa a ser uma via de mão dupla, em que não apenas se analisa o aluno ou o aluno com deficiência em sua totalidade, mas também o ensino e a atuação educador, o que implica nas suas variáveis afetivas.

O docente deve ser capaz de organizar as aprendizagens de seus alunos considerando a diversidade deles, se atentando para a organização dos espaços, o tempo a ser utilizado, os agrupamentos e as atividades a serem trabalhadas com eles, visando a inclusão educacional de todos, sem exceção. Ou seja, a partir do momento que o professor percebe que seu aluno não está evoluindo, não está se sentindo parte do processo educacional, é necessário parar e fazer uma leitura de si, de suas atuações e comportamentos, para que, posteriormente, com um olhar mais sensível, possa ser capaz de estabelecer uma boa conexão com sua turma e seu aluno com deficiência. Os profissionais da área de educação, por sua vez, enquanto participantes e mediadores do processo de inclusão educacional de alunos com deficiência também devem ser vistos de forma humana, considerando suas variáveis afetivas. Figueiredo (2008) nos diz que:

É importante considerar o ponto de vista de cada professor, respeitar as diferenças de percursos, pois, apesar destes profissionais compartilharem experiências semelhantes, cada um reage de acordo com as características de sua personalidade, seus recursos intelectuais, emocionais, afetivos, seu estilo de aprendizagem, crenças, experiências pessoais e profissionais, entre outras. É importante ter uma escuta da prática pedagógica destes profissionais, criar situações para que possam refletir sobre o que significa aquela forma de atuar em sala de aula. Portanto, não se pode esperar que, na formação dos professores, todos desenvolvam no mesmo ritmo e no mesmo nível todas as competências necessárias ao trabalho profissional. (FIGUEIREDO, 2008, p.4)

Segundo Mattos (2012, apud SAWAIA, 2008, p.98) “ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais”. Isto é, no tocante ao processo de exclusão e inclusão de pessoas com deficiências, a afetividade se faz ausente naquela e presente nesta. Os educadores que costumam pautar suas metodologias de acordo com sua própria visão, de forma completamente racional, sem observar o todo, sem analisar a sua turma e as necessidades que a englobam, acabam por deixar de lado a essência afetiva, a emoção, a sensibilidade e, conseqüentemente, a inclusão

educacional dos excluídos.

Em concordância com SILVA et al. (2021):

A afetividade no âmbito escolar proporciona resultados positivos no que se refere ao ensino e aprendizagem, desde que o professor tenha o compromisso e a responsabilidade com a educação, onde não se importe apenas em transmitir conhecimento, mas também escute seus alunos, promovendo uma troca de diálogos. (SILVA et al. 2021, p.5)

Mattos (2012, p.226) acredita que “toma-se a afetividade positiva por ser aquela que permite a escuta empática”. Assim dizendo, a empatia que surge por meio da afetividade possibilita ao professor ter uma escuta ativa, uma certa compreensão e a ação de se colocar no lugar do seu aluno com deficiência no processo de aprendizagem, respeitando suas diferenças, buscando perceber suas dificuldades e explorando assim alternativas que se encaixem conforme suas necessidades específicas. Com o afeto por parte do corpo docente é possível desenvolver uma criança com ou sem deficiência dotada de autoconfiança, participadora do meio social e autônoma.

Por fim e em conformidade com Mattos (2012), para Soares (2015, p.54), “essa é uma mudança de concepção a respeito da deficiência, que começa por aqueles professores que ensinam, respeitando as diferenças”.

2.2.2 Como a afetividade na sala de aula configura-se como elemento impulsionador para o processo educacional inclusivo.

A princípio, para Mantoan (1997):

a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN, 1997, p.120)

A construção da afetividade depende de dois fatores: o fator orgânico e o fator social. Sendo assim, começa no meio familiar, durante a gestação, aflora no nascimento e prossegue a vida inteira sendo perpassados de uma pessoa para outra.

Além disso, afetividade entre professor e aluno ultrapassa as quatro paredes de uma sala de aula quando efetivada. Essa relação não só existirá na escola, mas servirá de impulso para relações extraescolares, permitindo que o sujeito se compreenda e seja compreendido como ser humano, desenvolvendo acima de tudo

a sua autonomia e formação de caráter. Torna-se necessário fazer uma avaliação individual de cada aluno, a fim de entender suas dificuldades e necessidades para que se possa conquistar resultados positivos durante o processo de inclusão educacional.

Segundo Ferreira (1999, p.62), “a afetividade é o conjunto de fenômenos psíquicos experimentados e vivenciados sob a forma de emoções e de sentimentos de dor, prazer, satisfação, agrado, desagrado, alegria ou tristeza.” Tais vivências são extremamente importantes para formar e forjar o caráter de uma pessoa, visto que, a forma que a mesma lida com determinados problemas e acontecimentos diz muito sobre como ela pensa e no que ela acredita.

Sabendo que a afetividade e a aprendizagem estão intimamente ligadas, estão também relacionadas ao contexto social e cultural em que se encontra o aluno. A cada interação há uma reorganização de conceitos e interesses na mente do mesmo que fazem com que o aluno se interesse mais ou menos pelo conteúdo abordado, gerando bons sentimentos que o fazem querer aprender mais ou desenvolver uma completa repulsa pela disciplina.

Assim como uma relação afetiva e harmoniosa é importante para criar uma boa estrutura familiar, na educação corre da mesma forma. Quando um professor que tem um olhar mais sensível estabelece uma relação saudável com um aluno com deficiência, ele não olha para a deficiência de forma que a limite e defina aquele aluno, pelo contrário, esse docente busca criar objetivos e alcança-los a partir das potencialidades dele.

Outrossim, a afetividade é um dos pilares para o progresso tanto educacional, como afetivo do sujeito com deficiência, pois se for desenvolvida não apenas no professor, mas também na turma, será possível então uma maior inclusão daquela criança com o meio, um maior sentimento de aceitação e o próprio desenvolvimento de sua autonomia, formando o seu caráter pessoal. Sendo assim, todo o processo de inclusão educacional, considerando os desníveis de aprendizagem, as dificuldades e a estimulação de atividades que permitam contato entre os “ímpares”, permite que todos aprendam juntos, quer seja em dupla, trio, grupos, pondo-se assim a afetividade e a inclusão em prática.

Ribeiro e Jutras (2006), acreditam que a afetividade ajuda de forma benéfica na construção de uma sala de aula com uma atmosfera repleta de confiança,

empatia, compreensão, entusiasmo, amor e respeito mútuo, colaborando assim para uma evolução no processo de aprendizagem escolar. Para Mattos (2012, p.226) “empatia, que é fonte fundamental para o ensino e a aprendizagem, pois a pessoa é colocada no lugar do outro e entendemos os seus sentimentos”. Portanto, é fundamental que os professores possuam esse olhar sensível para com seus alunos, fazendo com que se sintam confortáveis para dizer o que sentem nas mais diversas situações.

A forma com que o educador ensina e se porta em sala é primordial para o comprometimento educacional dos alunos. Ou seja, se o docente se comporta de forma autoritária e agressiva com os seus alunos, os mesmos serão resistentes a aprender, colaborando para uma reação negativa. Por outro lado, se há um olhar sensível, uma atenção maior, um afeto, os alunos serão automaticamente impulsionados a aprenderem com maior entusiasmo e motivação.

A partir do momento em que a criança com deficiência desenvolve a uma autonomia por meio das relações afetivas que a rodeiam, ela é capaz de ter uma maior autoconfiança, podendo se identificar com outros a partir de seus valores, princípios e ideais e lutar por eles. Mattos (2012, p.218) afirma que existe uma forte relação entre a construção do conhecimento e a afetividade, relação essa que reflete na atribuição do conhecimento e suas práticas na realidade, na cultura do educando, dando significado as transformações do mesmo.

Ademais, as reuniões entre os pais e professores que ocorrem nas instituições de ensino são primordiais para que haja um vínculo afetivo entre a escola e a família do aluno. A troca de diálogos que há entre essas duas esferas sociais é imprescindível para que a criança com deficiência tenha uma evolução educacional progressiva e uma interação gradativa com o meio em que convive, ambos devem estar em acordo se ajudando para obter saldos positivos que serão refletidos onde quer que a criança esteja.

Maturana (1999, p.15) salienta que “vivemos uma cultura que desvaloriza as emoções, e não vemos o entrelaçamento cotidiano entre razão e emoção, que constitui o viver humano, e não nos damos conta de que todo sistema racional tem um fundamento emocional”. Ou seja, o docente que busca fazer a diferença hoje em dia, além de ser um bom mediador do conhecimento, ele deve ser sensível e empático, a fim de procurar estabelecer uma relação amistosa tanto com o aluno

com deficiência tanto com a sua família, por meio das reuniões ou de diálogos espontâneos.

São nessas reuniões em que os professores conseguem fazer uma avaliação individual do aluno mais precisa, apurando mais informações com o intuito de construir suas possíveis intervenções e abordagens e assim, obter resultados com ajuda dos retornos que os familiares responsáveis darão.

Além disso, se a família da criança com deficiência reconhece suas qualidades e suas potencialidades, a mesma acaba por atuar de forma benéfica para um bom desempenho da criança na escola, promovendo assim um ambiente de possibilidades e desenvolvendo habilidades na criança, refletindo assim na sua socialização e comportamento com os demais, além de proporcionar a inclusão educacional de forma natural.

O professor que atua como mediador é capaz de reconhecer as possibilidades de seus alunos de forma individual. Ser mediador é atuar com responsabilidade e comprometimento com o objetivo de despertar e estimular a autonomia do aluno com deficiência, é visualizar além do que se vê.

Como explica Dewey (1959, p. 86), a educação é pautada pelas experiências vividas, sejam elas boas ou ruins, e pelos aprendizados que se adquire a partir delas, ou seja, o papel da educação é promover uma reformulação cíclica de aprendizagens e experiências na vida do educando. Não se pode negar o fato de que o professor, apesar de sua posição, também é um ser humano, e portanto, sujeito a vivenciar diversas situações, tanto dentro como fora do âmbito escolar. A forma que o docente lida com essas questões pode impactar nas suas atitudes em sala de aula para com os alunos. Portanto, procurar saber dividir e separar os sentimentos é o ideal para que ninguém seja vítima de alguma ação desagradável, a fim de que o ambiente seja o mais favorável possível para o ensino-aprendizagem, e conseqüentemente, contribua para a inclusão educacional.

Por fim, o docente e o ensino não se limitam ao papel intelectual, mas também envolve o emocional e os dois precisam ser debatidos e analisados, pois no processo de inclusão escolar ambos se complementam.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem por método de construção a pesquisa bibliográfica de cunho exploratória que tem como base a leitura de capítulos de livros, artigos científicos e teses que englobam a área trabalhada, viabilizando assim uma maior análise e coleta de informações possíveis acerca da temática para então, construir este estudo. De acordo com Sampieri et al (2013):

“os estudos exploratórios poucas vezes são um fim em si mesmo, eles geralmente determinam tendências, identificam áreas, ambientes, contextos e situações de estudo, relações potenciais entre variáveis; ou estabelecem o “tom” de pesquisas anteriores mais elaboradas e rigorosas”. (SAMPIERI et al, 2013, p.101)

Ademais, o estudo se caracteriza como bibliográfico, pois foram feitas pesquisas através de plataformas como CAPES, Banco de Teses, Scielo e Google Acadêmico, com acesso a documentos que possibilitam a revisão de estudos baseados no tema. Para Gil (2008, p.64), “fontes desta natureza podem ser muito importantes para a pesquisa, pois muitas delas são constituídas por relatórios de investigações científicas originais ou acuradas revisões bibliográficas”.

O objetivo desta abordagem metodológica é aprofundar a realidade a partir de estudos já realizados acerca da temática em questão com abordagem qualitativa, Gil (2008) apud Patton (1980,1990) definem “os dados qualitativos como descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas interações, condutas observadas e suas manifestações”, bem como através do método indutivo, a fim de que se possa conseguir ter uma compreensão mais profunda de determinados comportamentos e sentimentos que se estabelecem durante o tema.

3.1 A ESCOLHA DO TEMA

A escolha do tema foi feita a partir de experiências de um estágio o qual contribuiu fortemente para a formação acadêmica e, conseqüentemente, para a construção do presente trabalho. A convivência em uma sala de aula regular com crianças com deficiência e a presença de professora extremamente empática fez com que houvesse um despertar acerca de suas atitudes, contribuições e impactos na vida desse público.

3.2 LEVANTAMENTO DOS ESTUDOS BIBLIOGRÁFICOS PRELIMINARES

O levantamento bibliográfico foi elaborado entre os meses de Maio e Setembro do presente ano, por meio dos descritores: Inclusão; Inclusão Escolar; Afetividade; Educação Especial; Deficiência; Interação professor-aluno; Educação Inclusiva.

Os parâmetros incluídos na busca foram os seguintes: artigos de acordo com a temática abordada, com o idioma em português, divulgados entre os anos de 2008 e 2021 gratuitamente à disposição em bases de dados acadêmicos disponíveis na internet, tais como: Scielo, Periódicos da CAPES, Google Acadêmico, Banco de Teses e dissertações da CAEPES e Revista Brasileira de Educação Especial. A priori, foram encontrados 15 artigos. Após as leituras dos resumos de cada um, 9 foram eliminados por estarem desconexos com o tema em questão, sendo utilizados 6 artigos no total como elementos de estudo.

3.3 ELABORAÇÃO DO PLANO PROVISÓRIO DE ASSUNTO

Esta etapa foi elaborada por meio de reflexões e pesquisas prévias, tornando-se parte indispensável para os passos subsequentes.

3.4 LEITURAS DO MATERIAL

Foram utilizadas informações fundamentais acerca dos artigos previamente selecionados, fazendo anotações dos tipos de arquivos, das citações, autores, ano de publicação, objetivos, metodologias, resultados e discussão e considerações finais. Nesta etapa foi elaborada a tabela a seguir:

LIVROS/CAPÍTULOS DE LIVROS

AUTOR	ANO	TEMA	PALAVRAS-CHAVES	PUBLICAÇÃO
FIGUEIREDO	2008	A formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade	-	1 ed. Petrópolis: Vozes, 2008, v. 1, p. 141-145

ARTIGOS CIENTÍFICOS

AUTOR/AUTORES	ANO	TEMA	PALAVRAS-CHAVES	PUBLICAÇÃO
MATTOS	2008	A afetividade como fator de inclusão escolar.	afetividade; inclusão escolar; aprendizagem.	TEIAS: Rio de Janeiro, ano 9, nº18, pp. 50-59, julho/dezembro 2008.
RIBEIRO	2010	A afetividade na relação educativa.	Ambiente em sala de aula; Educação Afetiva; Interação professor-aluno.	Estudos de Psicologia, Campinas I 27(3) I 403-412 I julho - setembro 2010.
MANTOAN	2011	A Educação especial no Brasil – da exclusão à inclusão escolar.	educação especial; inclusão; políticas e legislação educacionais.	Published by Pedagogia ao Pé da Letra in Educação, Educação Especial
MATTOS	2012	Inclusão/exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar das crianças de classes populares.	afetividade; Inclusão escolar; fracasso escolar; classe popular.	Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n.44, p. 217-233, abr./jun.2012. Editora UFPR.

SILVA; SANTOS; SOUZA; SOUSA; NASCIMENTO; PRIMO; LEITÃO; OLIVEIRA; LIMA; ALVES; MESQUITA; CUNHA;	2021	Afetividade como prática metodológica na educação infantil: uma revisão narrativa.	Afetividade; Ensino; Aprendizagem; Educação Infantil.	Research, Society and Development, v.10, n.4, e36410414053, 2021.
--	------	--	---	---

FREITAS; PEREIRA; MELO.				
-------------------------------	--	--	--	--

TESES

AUTOR	ANO	TEMA	PALAVRAS-CHAVES	PUBLICAÇÃO
SOARES	2015	Compaixão e Afetividade e: caminhos para a inclusão escolar e social.	Compaixão; Afetividade; Educação inclusiva; deficiência.	Programa de pós graduação.

3.5 FICHAMENTOS

Após a análise inicial do material agrupada com as informações da coleta, nesta etapa foram examinadas as ligações metodológicas entre os estudos e discussões conforme os demais aspectos da bibliografia analisada. Como instrumentos, foram realizados fichamentos diretos.

3.6 ORGANIZAÇÃO LÓGICA DO ASSUNTO

A organização lógica do assunto se deu pela leitura insistente dos materiais selecionados para assim ser formulado e escrito o trabalho aqui apresentado.

4 – DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Mediante as buscas e estudos realizados para a construção desse trabalho, pretendemos discutir e refletir acerca dos resultados predominantes procedentes do levantamento bibliográfico dos repositórios nacionais na área da Educação Especial a respeito da importância da afetividade entre professor e aluno no processo de inclusão educacional que estão organizados em classes de análise. Classe I: Contribuições dos estudos sobre afetividade e inclusão de pessoas com deficiência para o desenvolvimento de práticas pedagógicas de fato inclusivas e que impactam na formação integral de cada estudante e Classe II: Os impactos negativos que a falta de afetividade pode ocasionar na relação entre o professor e o aluno com deficiência.

4.1 Contribuições dos estudos sobre afetividade e inclusão de pessoas com deficiência para o desenvolvimento de práticas pedagógicas de fato inclusivas e que impactam na formação integral de cada estudante.

O que você, enquanto educador mediador, tem semeado?

SILVA ET AL (2021) nos arremata a ideia de que:

no processo de ensino, o docente tem papel fundamental e precisa estar preparado e comprometido com sua ação educativa, pois assim exercerá sua função com responsabilidade, transmitindo os conhecimentos com prazer. (SILVA et al. 2021, p.6)

Dito isto, a forma com que o educador se porta e cria uma relação de afeto tem o potencial de propiciar um espaço de bem-estar, receptividade e aceitação, diminuindo os sentimentos de rejeição, inseguranças e dificuldades dos alunos com deficiência. A afetividade pode ser um instrumento de inclusão escolar, ainda que este instrumento não seja tangível, mas intangível ao ponto de ser “contaminador”, influenciando a outras crianças.

Para Figueiredo (2008) é fundamental ter uma escuta da prática pedagógica dos profissionais da área de educação, formulando episódios, acontecimentos, como uma espécie de estudo de caso, a fim de que eles meditem acerca da forma correta de atuar ou intervir em determinada situação.

Outrossim, numa perspectiva inclusiva do aluno com deficiência por meio da afetividade, SOARES (2015) nos instiga a refletir quando afirma que:

A afetividade está presente em cada momento da vida do ser humano. Todo ser humano pensa, sente, age. Não importa se ele tem um coeficiente intelectual altíssimo, é um superdotado, ou se não consegue comunicar-se com o meio no qual está inserido, seja por uma ou várias limitações, físicas ou psíquicas. Se o “sentir” estiver ausente ou muito limitado, não conseguirá estar incluído na sociedade na qual vive. [...] sem o desenvolvimento da afetividade, não há motivação para a aprendizagem, para a socialização (SOARES, 2012, p.55).

Ademais, SILVA ET AL (2021) ressalta a importância da afetividade nas práticas pedagógicas quando cita que:

a afetividade é necessária para a formação de pessoas felizes, seguras e capazes de conviver com o mundo que a cerca, pois ela é uma importante aliada nas metodologias pedagógicas, sendo responsável por criar vínculos relevantes e imprescindíveis para o ensino. (SILVA et al. 2021, p.7)

Para Mattos (2008, p.54), “A afetividade é vista como a mola propulsora do agir e reagir. É o que possibilita a descoberta e a busca dos resultados a situações propostas”. Ou seja, as trocas afetivas que existem na relação entre o professor e o aluno com deficiência, de forma espontânea, são capazes de promover a autonomia e o desenvolvimento de habilidades destes alunos de maneira involuntária e natural. Ainda no viés do pensamento de Mattos (2008):

a afetividade na sala de aula deve ser vista como uma relação ligada aos vínculos estabelecidos entre educador e educandos. Portanto, precisamos torná-la mediadora da aprendizagem e, por consequência, da inclusão escolar de qualquer educando. (MATTOS, 2008, p.57)

Além do que, se a sala de aula que tem como um dos fundamentos a afetividade, o professor e os demais alunos, com deficiência ou não, estarão em “sintonia”, buscando o bem comum, a interação com o próximo, a empatia, a reflexão sobre si e sobre os outros, a evolução pessoal, o desenvolvimento de habilidades e a própria inclusão educacional.

A afetividade é extremamente benéfica e saudável, pois pode transformar o “querer” no “poder”, tornando-se algo revolucionário. Portanto, de acordo com Mattos (2012, p.226), “a afetividade precisa estar presente em todos os momentos na sala de aula para efetivar a inclusão em educação”. Não obstante, para MATTOS (2012):

A gestão da afetividade positiva proporciona prazer e alegria, bem como

predispõe a reagir, em diferentes situações, adequadamente. O educador pode dar apoio ao educando, ajudando-o a superar os bloqueios emocionais com relação a uma determinada disciplina. Outrossim, o educador possibilita a identificação e a gestão das emoções nocivas à aprendizagem. (MATTOS, 2012, p.227)

Para Ribeiro (2010, p. 210), “a afetividade joga um papel importante na motivação dos estudantes diante das disciplinas do currículo, dos professores que as ministram e, conseqüentemente, da aprendizagem escolar.” O docente é o facilitador do processo de aprendizagem, portanto, para saber de que forma é a mais viável ou qual metodologia correta se deve usar, é preciso um diagnóstico da turma que se está inserida, e, a partir das observações e das percepções dos desenvolvimentos dos alunos, é possível estimulá-los de forma prazerosa, promovendo a inclusão de todos.

Em suma, a partir das observações dos artigos acerca da influência da afetividade sob uma perspectiva inclusiva da educação de pessoas com deficiência, pôde-se perceber que, o domínio afetivo quando bem implantado através do docente no discente, impacta de forma positiva na formação deste.

4.2 OS IMPACTOS NEGATIVOS QUE A FALTA DE AFETIVIDADE PODE OCASIONAR NA RELAÇÃO ENTRE O PROFESSOR E O ALUNO COM DEFICIÊNCIA.

Segundo Freire (2005, p.29), “não há educação sem amor”. É através do amor que a sociedade e em especial, docentes e discentes, se compreendem, se respeitam, entendendo suas diferenças e potencialidades, seus atrasos e seus avanços, seus receios e aflições. A falta de afetividade no contexto escolar e, principalmente entre professor e aluno, pode resultar em consequências graves.

Silva et al (2021 apud Veras e Ferreira, 2010) diz que “se não há afeto prazeroso ou se ele não é percebido assim pela criança, esta poderá criar sentimentos de desconfiança em relação às possibilidades de sobrevivência e da interação com os demais”.

Existe uma necessidade da participação da família do aluno com deficiência nesse processo de inclusão escolar, visto que, se a família for o apoio afetivo desta criança, a relação dela com o professor se torna mais leve e aberta, já que os objetivos e as dificuldades passam a ser mais claros quando se há essa

abertura/confiança. No entanto, se a família não possuir esse vínculo afetivo com o aluno, não apenas haverá questões conflituosas na sua convivência em casa, mas também, refletirão no seu desempenho no cenário escolar, prejudicando seu desenvolvimento tanto social, quanto educacional, e conseqüentemente, sobrecarregando o professor.

Para Silva et al (2021):

Ausência familiar nesse processo pode contribuir de forma negativa, colocando o professor em conflito e obrigando o mesmo, sozinho, a resolver futuros desafios e problemas que poderiam ser inexistentes na vida do aluno se a família participasse afetivamente. (SILVA et al 2021, p. 3)

Diante disso, Mattos (2012, p.227) relata que “a criança de classe popular tem seu mundo circunscrito às atividades desenvolvidas na escola. E, quanto mais pobre, mais a sala de aula se torna o seu mundo.” O educador que se propõe à apenas transmitir conteúdo, não consegue estabelecer uma relação saudável com o seu aluno com deficiência, acaba por não propiciar um ambiente confortável para que haja o desenvolvimento da autonomia do mesmo. Através disso podemos compreender que falta de estímulo e motivação é prejudicial ao aluno, visto que nem todos tem as mesmas oportunidades e, conseqüentemente, não terão o mesmo (des)envolvimento.

Segundo Mattos (2012, p.221) “o que proporcionou o surgimento da exclusão foi o estranhamento ocorrido entre as culturas, entre a diversidade que passou a ter acesso à escola após obrigatoriedade.” Professores que não possuem um olhar sensível, irão olhar apenas para as diferenças e os defeitos, e, fitar os olhos nisso, é limitar seu aluno em suas potencialidades.

Além disso, na linha de pensamento de Werneck (1997, p.205), quando o professor não se enxerga como “raiz do problema” nos resultados negativos do desenvolvimento de aprendizagem do seu aluno com deficiência, há uma grande possibilidade daquele olhar apenas o processo do aluno como um fracasso e o culpa-lo por isso ou culpabilizar o contexto externo que o envolve, terceirizando sua responsabilidade na família do educando ou na sua classe social. Portanto, um professor que se nega a modificar sua metodologia, sua abordagem, seu pensamento, seu comportamento, passa a ser um “obstáculo” que impede de seus alunos possuírem um bom desempenho escolar, impactando negativamente na sua

inclusão educacional.

Para Ribeiro (2010, p.405), “certos autores reconhecem que existe autoritarismo por parte do professor, o que pode influenciar o desinteresse, a inquietação e a agressividade por parte dos estudantes”. Em decorrência disso, o aluno que não se sente parte do processo de aprendizagem, compreendido ou não se sente incluído até mesmo pelo professor, pode criar uma repulsa pela educação, fazendo com aja com descaso em relação as atividades propostas, e, na pior das hipóteses, abandone a escola.

Muita proteção pode deixar a criança com medo de tudo e de todos, não sabendo como reagir à determinadas situações. Soares (2015, p.56) traz a reflexão de que “o contato com a deficiência converte”. Nessa linha de pensamento, é preciso que a “casca” das crianças com deficiência engrossem, permitindo que vivenciem questões sociais problemáticas e sintam na pele diversos sentimentos, para que, a partir dessas vivências e experiências, tanto elas como as demais crianças saibam como reagir em cada momento e da forma correta.

De acordo com Mattos (2012, p.229) “o educador precisa utilizar a criatividade como forma de “seduzir” o educando a aprender”. Por vezes a culpa não é nem dos profissionais da área da educação, mas a falta de formações para os mesmos inovarem suas metodologias ocasiona esse tipo de situação. É bem verdade também que vivemos em um país que não valoriza o professor, nem socialmente falando e muito menos financeiramente.

Segundo Ribeiro (2010)

Os Referenciais para Formação de Professores explicitam, além disso, os objetivos específicos de formação comum a todos os professores e assinala, com precisão, o aspecto afetivo: a formação deverá preparar o professor, especificamente para o... desenvolvimento cognitivo, para os aspectos afetivos, físicos, socioculturais e éticos, segundo os valores ligados aos princípios estéticos, políticos e éticos que guiam a educação escolar numa sociedade democrática; ... adoção de uma atitude de acolhida em relação aos alunos e a seus familiares, de respeito mútuo e de engajamento à justiça, ao diálogo, à solidariedade e à não violência (RIBEIRO (2010) apud BRASIL, 1999), p.403).

De acordo com MATTOS (2012):

o domínio afetivo possibilita o desenvolvimento das relações afetivas, permitindo que acontecimentos exteriores -quando positivos- dirijam o comportamento dos educandos, para que assumam o compromisso com a sua aprendizagem. (MATTOS, 2012, p.226)

Não somente isso, mas a posição do docente na sala de aula é capaz de promover um ambiente acolhedor, de confiança e de diálogo ou o inverso, um espaço de medo, frustração e insegurança para os alunos. O professor que não se permite ao novo, a novas experiências, olhando apenas para o que está dentro da caixa e não para fora, que é a dimensão de possibilidades que a envolve, acaba limitando a criatividade e imaginação dos alunos, podendo impedir o crescimento cognitivo, perspectivo e a inclusão escolar dos mesmos.

Por fim, para SOARES (2015):

os professores, que encontraram mais sucesso e menos sofrimento diante do trabalho inclusivo, estão vinculados à aceitação da diversidade e gratificação nas atividades desenvolvidas com os alunos, aceitando e respeitando às diferenças dos alunos, independente de suas condições físicas. (Soares, 2015, p.5).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as pesquisas realizadas bibliograficamente, constatou-se que a afetividade pode auxiliar no processo de inclusão educacional de maneira prazerosa, tendo em vista que aquela se faz presente em todas as áreas da vida do ser humano, e neste caso, nas relações entre o professor e o aluno com deficiência. Diante das abordagens relatadas, a afetividade quando propiciada pelo professor em uma sala de aula inclusiva, desperta no aluno a confiança, e a confiança gera a esperança, esperança esta que nos faz refletir acerca dos nossos comportamentos e se eles estão contribuindo para a inclusão de alunos com deficiência.

Pode-se afirmar que a afetividade é considerada um fator imprescindível para a promoção da inclusão educacional de alunos com deficiência. Seus elementos afetivos e sua ausência impactam fortemente não somente na formação educacional destes indivíduos, mas também na sua formação enquanto pessoa. Vale ressaltar que o professor é o condutor tanto do processo de aprendizagem dos alunos, quanto do processo de inclusão dos sujeitos que estão envolvidos. É ele quem deve em ambos os processos promover o bem-estar nos alunos, independente de qualquer diferença. Assegurar uma educação de qualidade é papel da escola, isto é, o corpo docente deve estar preparado para lidar com todos os tipos de alunos. O docente ao transmitir o conhecimento, deve estimular e motivar seus alunos através do afeto em suas ministrações e intervenções.

A falta da afetividade, contrariamente como vimos, pode comprometer o

desenvolvimento do aluno com deficiência, tanto no tocante ao seu desenvolvimento, ou seja, ocasionando um atraso no processo de aprendizagem, quanto na sua interação com o meio em que vive, implicando nas suas relações sociais tanto no espaço escolar, como também em qualquer outro espaço.

O professor enquanto mediador tem um papel de grande valia nesse processo de desenvolvimento, seus comportamentos, suas metodologias e sua postura em sala de aula devem ter uma nuance afetiva para que seja capaz de alcançar os objetivos estabelecidos por ele e pelos próprios alunos. Pois, é por meio do afeto que poderemos nos sensibilizar mais em relação a nós mesmos e ao próximo. Além disso, a afetividade quando bem empregada, instiga os alunos a terem interesse pelo assunto abordado, fazendo com que haja uma troca de conhecimentos, a retirada de dúvidas e as soluções delas sem excluir ninguém, atendendo a todos e incluindo a todos em grande parte dos momentos.

Portanto, é necessário que o professor faça um olhar retrospectivo, analisando sua trajetória, suas abordagens e a participação dos alunos com deficiência a fim de investigar onde está o impasse que o impede de ter progresso com os mesmos. Após esse olhar retrospectivo, deve ser feito um olhar introspectivo, que o permite observar minuciosamente as suas atitudes em sala de aula, comportamento, fala ou omissão, importância em excesso ou descaso, para que com isso, se possa não somente ter uma evolução interior, mas refletir no exterior transmitindo o mesmo para a sua turma.

E como último olhar, um olhar expectativo, que conta com seus objetivos, metas e desejos a partir da afetividade, propiciando certa reformulação de sua metodologia e possíveis mudanças de comportamento que visem auxiliar no processo de inclusão educacional dos alunos com deficiência.

Por fim, em futuras pesquisas, é possível levantar novos estudos acerca da relação afetiva entre pais e crianças com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), o sentimento de pertencimento do aluno com NEE no processo de inclusão educacional ou estudos sobre a formação continuada de professores da escola regular para contribuir no processo de inclusão por meio da afetividade.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 13.146, De 6 De Julho De 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp/legislacao.shtm>.

BRASIL. Decreto nº **7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2011.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala: 2001.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, De 6 De Julho De 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: **terceiro e quarto ciclos: Interação e Cooperação**. 1997, Brasília.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.

DEWEY, John, (1959a). **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação**. 3a . ed. São Paulo: Nacional. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira.

EDUCAÇÃO ESPECIAL: OS RETROCESSOS DO DECRETO 10.502 E OS ESFORÇOS PARA REVOGÁ-LO. **CENPEC**. 2020. Disponível em: <<https://www.cenpec.org.br/noticias/educacao-especial-os-retrocessos-do-decreto-10-502-e-os-esforços-para-revoga-lo>>. Acesso em: 7 de nov. 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Gabriella Rossetti; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **A importância da afetividade na educação**. Dixa: Rev. Bras. Psico. e Educ., Araraquara, v. 21, n. 1, p. 88-103, jan./jun. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Editora Atlas. 6. ed. – São Paulo, 2008.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, P. **Metodologia de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill. 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MATTOS, Sandra Maria de Nascimento. **A afetividade como fator de inclusão escolar**. TEIAS: Rio de Janeiro, ano 9, nº 18, pp. 50-59, julho/dezembro. 2008.

MATTOS, Sandra Maria de Nascimento. **Inclusão/Exclusão e afetividade: repensando o fracasso escolar das crianças de classes populares**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 44, p. 217-233, Editora UFPR abr./jun. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

RIBEIRO, Marinalva Lopes. **A afetividade na relação educativa**. Estudos de Psicologia, Campinas I 27(3) I 403-412 I julho - setembro 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educacionais especiais**. 1994. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> >

STAINBACK, W.; STAINBACK, S. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

Tognetta, L. R. P., & Assis, O. Z. M. (2006). **A construção da solidariedade na escola: as virtudes, a razão e a afetividade**. Educação e Pesquisa, 32 (1), 49-66.

WERNECK, Claudia: **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. RJ: WVA, 1997.